

# MEMÓRIA E HISTÓRIA: O ENSINO DE HISTÓRIA E SEU SENTIDO POLÍTICO

**Carlos Eduardo dos Reis**

Professor na Universidade Federal de Santa Catarina,  
atua no curso de Graduação em Arquivologia.  
E-mail: reisced@gmail.com

**Resumo:** Tomando como base de reflexão reportagem veiculada pelo jornal Folha de Paulo, em sua edição de 13 de junho de 2010, intitulada “Livro do Exército ensina a louvar a Ditadura”, este artigo tem como objetivo central refletir sobre o ensino de História no contexto da educação escolarizada e suas implicações políticas na relação entre Memória e História. O artigo ressalta que não se trata de uma simples discussão sobre a veiculação certa ou errada de uma versão da história recente do país, mas de “uma memória em disputa”, no sentido da constituição de uma memória social e histórica com fortes implicações no conjunto da sociedade.

**Palavras-chave:** História. Memória. Ensino. Política.



## 1 INTRODUÇÃO

Se a segunda metade do século XX pode ser pensada a partir de seu avanço tecnológico sem precedentes na história humana, este período também pode ser encarado como um dos mais sangrentos e violentos da história, com a morte sem precedentes de milhares de seres humanos, em função das guerras e conflitos locais, ditaduras militares pelos quatro cantos do planeta, a ameaça nuclear do conflito bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, e outros tantos que não caberiam em centenas de páginas.

A primeira década deste século XXI, também não tem se demonstrado de forma diferente, episódios como o do WORD TRADE CENTER, nos dão a dimensão exata do tamanho da destruição que ainda pode estar por vir ao longo da sangrenta

trajetória humana, apesar das inúmeras tentativas de paz e acordos diplomáticos entre as nações em busca da tão sonhada paz mundial e desarmamento humano, agora também ameaçado pelas catástrofes climáticas.

As tecnologias da destruição e da vigilância estão a todo vapor.

Nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, uma parte considerável daquilo que se convencionou chamar de América Latina, incluindo o Brasil, conhecida pela sua condição de miséria, pobreza e violência, viveram um ciclo de regimes autoritários, de ditaduras sangrentas, que tiveram o seu suposto fim com os processos de redemocratização vividos ao longo da década de 1980, e mais recentemente com a eleição de líderes populares de esquerda, questionados por suas posições políticas e seus projetos de poder, mas que restabeleceram um ciclo de “democratização e desenvolvimento”, apesar da persistência, de acordo com os analistas da “maldita herança do subdesenvolvimento”.

Neste período, o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Peru, o Paraguai, o Uruguai e a Nicarágua, entre outros, foram sacudidos por sangrentos regimes militares, que em nome do combate ao comunismo e uma suposta cruzada civilizatória e desenvolvimentista, instalaram um cotidiano de terror e violência, com prisões, torturas, atentados, guerrilhas urbanas e rurais, fuzilamentos públicos, assassinatos, intervenção nas forças armadas, sindicatos, partidos políticos, universidades, que perdurou mais de duas décadas e ainda estão a incomodar muita gente.

Em muitos desses países esse passado recente ainda incomoda, pois milhares de famílias afetadas, ainda lutam pelo direito de saber o destino de seus filhos e familiares, tirados a força de suas casas, escolas, desaparecida e morta de forma violenta e covarde em porões ou estádios de futebol.

As mães da Praça de maio na Argentina; e os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia no Brasil, são apenas dos exemplos do imenso cenário de terror, que ainda esta por se descortinar.

Os processos de redemocratização vividos pelo continente, no entanto não trouxeram a tão sonhada paz, pois se exigia dos donos do poder, o acerto de contas e a punição dos responsáveis pelo estado de barbárie vivido por essas sociedades.

Em países como a Argentina, o Chile, o Peru e o Brasil assistiram a tentativa de levar a punição aos responsáveis e mandantes de torturas, sequestros e outras atrocidades. A punição do general Videla, Pinochet; o atentado que dizimou Anastácio Somoza, e as longas batalhas judiciais travadas na Argentina, nos dá a dimensão do que ainda esta por ser feito com relação a este período recente da história desses países.

No caso brasileiro, o reconhecimento do Estado, pagando indenizações às famílias dos desaparecidos do Araguaia, a abertura dos arquivos do DEOPS em São Paulo, as iniciativas do ex-ministro da justiça Tarso Genro, foram suficientes para causar um mal-estar social sem precedentes em muitos dos sujeitos dessa história, ainda presentes no cenário nacional.

Tirar a “tampa da lata do lixo da História” pode não ser a melhor solução neste momento.

Neste sentido, cabe notar que existe uma geração de brasileiros, jovens estudantes de nossas escolas, para o qual este passado recente permanece oculto ou resumido a algumas dezenas de linhas nos manuais de História.

Isto nos leva a levantar a seguinte questão: Como a sociedade brasileira e a demais sociedades do continente, estão lidando com este passado recente? Qual a História e memória destes acontecimentos estão sendo transmitidas aos nossos jovens nas escolas? De que forma essa História esta sendo escrita ou reescrita? O que implica trazer este passado a tona? Como estamos interrogando este passado?.

## **2 ENSINAR QUAL HISTÓRIA?**

A ditadura militar vivida pelo Brasil no período de 1964-1985 há muito deixou de frequentar as páginas de jornal, revistas ou o ambiente da mídia televisiva, como uma data a ser esquecida na História nacional.

O complexo processo de transição política que resultou na Constituição de 1988, e o reestabelecimento da ordem democrática, silenciaram os principais agentes do processo. Enquanto algumas sociedades relembram para não esquecer, esquecemos para não lembrar. O esquecimento apagam os traumas e escondem as fraturas.

No entanto de tempos em tempos, a memória volta a tona e as fraturas são expostas.

È o caso do artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo em sua edição de 13 de junho de 2010, no caderno Cotidiano, página C3 intitulado “Livro do Exército ensina a louvar a ditadura”. Este material usado no ensino de História seria de perfil diferente do indicado pelo Ministério da Educação.

O artigo inicia frisando que “a história oficial contada aos alunos dos 12 colégios militares do país omite a tortura praticada na ditadura e ensina que o golpe ocorrido em 1964 foi uma revolução democrática; a censura á imprensa, necessária para o progresso; e as cassações, uma resposta á intransigência da oposição”. (PINHO, 2010, p. c3).

O livro em questão seria “História do Brasil- Império e República”, utilizado pelos estudantes do sétimo ano – antiga sexta série – que atingiria 14 mil alunos entre civis e militares adotado pela Bibliex – (Biblioteca do Exército), que de acordo com o exército “atende adequadamente as necessidades do ensino de História no sistema Colégio militar”.(PINHO, 2010, p.c3).

E que necessidades seriam estas?

No livro adquirido pelo Ministério da Educação, editado pela Editora Moderna, de acordo com o artigo, em 1964, os militares deram um golpe que seria uma reação da direita as reformas propostas pelo então presidente João Goulart, seguido por um período de arbítrio, tortura e desaparecimentos, onde a esquerda teria recorrido a luta armada para manifestar-se contra o regime. (PINHO, 2010, p.c3).

De acordo com a visão do exército “Goulart cooperou com os interesses do Partido Comunista, que havia se infiltrado na Igreja Católica e nas Universidades”, onde as forças armadas por

seu espírito democrático seriam a “maior resistência às investidas subversivas”. (PINHO, 2010, p.c3). Os militares teriam tomado o poder para combater a inflação, a corrupção e a comunização do país.

O artigo prossegue tratando de temas caros ao período, como a tortura, censura e cassações políticas. A obra do exército estaria omitindo a tortura e o desaparecimento dos opositores ao regime, citando apenas as ações dos grupos de esquerda, intituladas de subversivas: “A atuação de grupos subversivos, além de perturbar a ordem pública, vitimou numerosas pessoas, que perderam a vida em assaltos a bancos, ataques a quartéis e postos policiais e em sequestros”.(PINHO, 2010, p.c3). Estes fatos também justificariam a censura e as cassações políticas de acordo com a visão dos militares.

No entanto, uma leitura mais atenta, nos coloca diante de uma série de questões.

A primeira refere-se ao título do próprio artigo, onde os militares são taxados de louvar a ditadura militar. Trata-se fundamentalmente da leitura da História, que interessa a este grupo, sua memória, na defesa de seus interesses.

Além disto, a questão do golpe militar e suas reações são resumidas a partir da discussão da tortura, censura e cassações políticas, temas caros a imprensa, militares e partidos de esquerda.

Outro aspecto, este talvez crucial para esta discussão, é a omissão dos autores das obras em questão. Quem são? São Historiadores?. O autor da obra referendada pelo exército é um militar? A obra adquirida pelo Ministério da Educação é de um historiador acadêmico?

Neste caso, não se trata de uma simples divergência entre uma obra e outra, mas sim de uma disputa sobre a própria escrita da história em torno da memória histórica e social a ser ensinado aos estudantes, um acerto de contas com o passado e o presente.

Na ótica do exército, o livro em questão estaria adequado às necessidades do ensino de história no sistema Colégio Militar, e que de acordo com o Coronel Silva Alvim, comandante do

Colégio Militar de Brasília, as escolas militares abordariam “apenas o fato histórico”, sem juízos de valores, pois “dentro desse culto aos valores e tradições do Exército, esse tipo de assunto (tortura e desaparecidos) nós buscamos não tratar. Até porque no âmbito do Exército brasileiro, essas questões não são permitidas.”. (PINHO, 2010, p.c3).

Neste sentido também, o Coronel estaria omitindo o fato de que dentro da própria corporação, no período em questão, ocorreram 1805 punições de militares por atos institucionais e 4787 outras prisões e suspensões de militares em todos os setores das forças armadas. (MOREIRA ALVES, 1985, p. 132 e 133)

Uma segunda questão crucial parece ser a postura adotada pelo Ministério da Educação com o suposto conteúdo que estaria fazendo outra leitura da história.

Sendo o livro de História mais adquirido pelo Ministério da Educação para o ensino fundamental, e de acordo com a reportagem distribuída pela Editora Moderna, o texto da reportagem nos informa que o Ministério da Educação não se manifestaria, pois a mesma não estaria incluída no seu programa de livro didático.

Todavia cabe o questionamento: Se os dados da reportagem forem de fato fidedignos, qual seria a razão da obra mais adquirida pelo Ministério da Educação não constar de seu programa de livro didático?; Porque o silêncio do MEC quanto a questão?; O que isto afetaria sua política de avaliação das obras e livros didáticos que chegam aos estudantes?.

Neste episódio fica clara a opção em não tirar a tampa da “lata do lixo da História”.

A referida reportagem teria atingido sua finalidade se não fosse pelo seu desfecho final, ao ouvir o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico, que ponderou que a obra usada nos Colégios Militares era problemática, tanto do ponto de vista da informação contida, como pela forma como se contava a história.

Na leitura de Fico, o motivo do golpe teria sido “o incômodo causado pela possibilidade de que setores populares

tivessem uma série de conquistas”.

O mais grave de acordo com o historiador da UFRJ seria a forma como o livro narra o período. Uma história factual, carente de análise, focada apenas na ação governamental. Tratava-se de uma modalidade de história, desprezada inclusive pelos bons “historiadores conservadores”, finaliza.

Então, o que seria um bom historiador conservador? A versão publicada pela Editora Moderna também não teria problemas de escrita e interpretação?, Ela também não seria factual?, Poderíamos desprezar as ações e atos dos governos em nome da análise e interpretação da história?.

Após apresentar as ponderações do historiador da UFRJ, a reportagem finaliza apresentando ao leitor o que seriam as contradições históricas do livro usado nas escolas militares e o livro comprado pelo Ministério da Educação, que não faz parte de seu programa.

Eis alguns exemplos dessas contradições históricas.

No que tange a questão econômica, lê-se na obra adotada nos colégios militares: “O milagre brasileiro, projetou-se internacionalmente e nos tornamos a 8ª economia do mundo”. (PINHO, 2010, p.c3).

Na obra utilizada nas escolas públicas lemos: “Na economia, os governos militares desse período procuraram garantir a auto-suficiência do Brasil (...). Os recursos para esses investimentos foram obtidos de empréstimos contraídos no exterior e tiveram um alto custo para a população brasileira”. (PINHO, 2010, p.c3).

No quesito razões do referido golpe, para os estudantes dos colégios militares, ensina-se que “as Forças Armadas, pela solidez de sua organização e por seu espírito democrático, haveriam de constituir o maior obstáculo às investidas subversivas”; enquanto que para os estudantes dos colégios públicos, “os militares assumiram o poder e instituíram um governo autoritário”.

Porém a leitura atenta dessas afirmações, vamos perceber que mais do que contradições históricas, termo usado pela reportagem, temos sim duas leituras distintas do processo

histórico em questão, que encontram suas justificativas nos projetos históricos em jogo, naquele momento da história e na ação dos seus agentes na defesa de seus interesses.

Poder-se-ia facilmente levantar argumentos que desmontariam as duas leituras do processo histórico em questão, mas o que está em jogo aqui, é fundamentalmente o papel e a função do livro didático de história na defesa de uma memória social e histórica, e o sentido político de seu ensino, na constituição de uma “consciência histórica” de nossos estudantes.

### **3 A MEMÓRIA EM DISPUTA**

A educação escolarizada e os livros textos ou didáticos são importantes fatores de constituição da nossa identidade social, embora muitas vezes só nos demos conta disso em nossa vida adulta e madura.

Assim a reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo, antes de constituir uma querela editorial sobre qual livro estaria veiculando uma visão correta da história, nos apresenta uma questão muito mais complexa do que a que se apresenta no corpo da reportagem em questão.

Trata-se daquilo que Michel Pollak definiu como “a memória em disputa”, as verdadeiras batalhas da memória, desencadeadas pela emergência das “memórias subterrâneas”, que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível aflorando em momentos de crise e sobressaltos bruscos e exacerbados. (POLLAK, 1989, p.4).

Analisando o papel desempenhado pela reescrita da história na antiga União Soviética após dois momentos fortes de destalinização, onde o primeiro ocorreu após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Krushev denunciou os crimes stalinistas, essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, até culminar na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. (POLLAK,

1989, p.4).

Esse intrincado e complexo jogo de xadrez da memória e da história, cujas peças são movidas silenciosamente e estrategicamente nas pegadas dos múltiplos sujeitos, consiste na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e dos sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. (POLLAK, 1989, p.5).

Ainda dentro da perspectiva de Pollak, uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente, opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK, 1989, p.5).

Sob esse prisma, podemos identificar na reportagem veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, todos os elementos apontados por Pollak em sua reflexão.

Em primeiro lugar, não se trata de uma simples querela didática a respeito de um livro texto de história, que estaria veiculando uma visão distorcida da história recente do país, sobre o regime militar.

Aqui estamos diante de um lento e vagaroso movimento de reescrita da história recente do país, onde a “memória esta em disputa”, o cenário desta é a educação escolarizada e o ensino de história em questão.

O processo de redemocratização do país se constituiu em uma complexa articulação política entre os atores sociais de então, e um dos resultados dessa arquitetura política, foi a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que recolocou todos os atores da cena no mesmo pé de igualdade, evitando assim a irrupção dos ressentimentos acumulados pela dor e sofrimento daqueles que sofreram com a desproporcional e violenta ação das forças de segurança do Estado. A tortura, a repressão à censura a imprensa, as prisões e assassinatos de lideranças sindicais, intelectuais, estudantes, são os pontos de intersecção nesta ainda surda luta pela memória.

No caso da imprensa no país, é de conhecimento de todos a violenta censura que se abateu sobre a maioria dos jornais, com a invasão, destruição, prisão, tortura, e morte de jornalistas como Wladimir Herzog ou Rubens Paiva, que coloca a imprensa em uma posição privilegiada, ao exercer pressão sob as autoridades oficiais, contribuindo na investigação e divulgação de informações sobre a violenta ação das forças de repressão sobre sua atividade e seus profissionais, embora as vezes possa se questionar a sua defesa intransigente da liberdade de imprensa e de mercado, é inegável que esta exerceu um importante papel nos atuais destinos do país.

No que tange as famílias dos presos, torturados e assassinados nos porões dos órgãos de segurança, um poderoso sentimento de indignação e ressentimento acumulado persiste em função da memória da dominação e da violência sofrida com perdas irreparáveis, que só agora podem ser expostas publicamente.

Embora o Estado tenha assumido publicamente e reconhecido a prática da violência e da tortura, investigando e indenizando as famílias atingidas, muita coisa ainda esta por ser feita, pois há um número enorme de desaparecidos, cujas famílias lutam para que as forças armadas e os órgãos de segurança responsáveis pela repressão nos estados abram seus arquivos secretos e disponibilizem a documentação que possibilitará localizar seus familiares e punir seus torturadores.

No caso das Forças Armadas, a questão é mais delicada e complexa, pois poucas vezes estas se manifestam sobre a questão, e quando o fazem alegam que não há nada a apurar e nem perdoar, pois foram todos anistiados, sendo esta página da história virada para muitos deles. Mas uma violenta batalha jurídica se desenvolve nas bordas do tabuleiro, exigindo que se acertem as contas com o passado, o verdadeiro trabalho de subversão da memória.

Nesta batalha da memória e da história, encontram-se também os partidos políticos, sindicatos, universidades e outros tantos sujeitos que também atuaram de forma marcante neste

período, trazendo a tona outras dimensões da memória subterrânea construindo assim outros significados para a história.

É importante ressaltar que apesar de todos os avanços ocorridos, o Brasil é constantemente denunciado nos principais organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, pela sucessiva violação dos mesmos e pela não apuração dos supostos crimes cometidos em passado recente e atual.

Nesta complexa arquitetura política, dois passos importantes acabam de ser dados, no sentido de fazer vir à tona os silêncios do passado que ainda persistem em se fazer ouvir.

Trata-se da promulgação pela Presidente Dilma Rousseff da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informação no âmbito da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, de acordo com os preceitos da Constituição Federal.

É interessante notar que as duas Leis foram sancionadas na mesma data, e se apresentam como medidas fundamentais do Estado e com fortes consequências políticas para a sociedade brasileira a médio e longo prazo, uma vez que a própria Presidente também foi uma das vítimas direta do período militar.

No que tange a Lei que regula o acesso a informação, esta pode significar uma verdadeira “revolução documental” ao facilitar o acesso dos cidadãos a informação sem as amarras da burocracia, observados os seus graus de prazos e sigilos.

É na criação da Comissão Nacional da Verdade, cuja finalidade é a de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos (...) a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”, que reside à decisão política fundamental, uma vez que o trabalho da comissão abrangerá um longo período da história política e social do país, com profundas consequências para a reescrita da história, um passo fundamental nas batalhas subterrâneas da memória. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2011, p.5).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático se constitui em um dos mais poderosos instrumentos de ensino nas escolas brasileiras, e é um constante objeto de controvérsia por parte de educadores, pedagogos e professores de todos os matizes ideológicos.

Tornou-se objeto de discussão por excelência de pesquisadores, sendo o instrumento pedagógico da maioria dos professores das escolas brasileiras públicas e particulares, apesar de todas as controvérsias existentes.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), do ano de 2007, constatou-se que no período de 1998 a 2006, o governo brasileiro havia realizado compras junto a 110 editoras, atingindo a monstruosa cifra de 4,5 bilhões de reais a preços de 2006.

Ainda de acordo com o estudo, tais compras haviam ocorrido sem licitação, ou seja, compras sem concorrência, por meio de negociação direta entre as partes. (SOAES, 2007, p.31).

O estudo ressaltava também, que tais compras são oligopolizadas, onde somente seis grupos editoriais – Abril Cultural, Santilhana, FTD, Saraiva, IBEP, Ediouro mais a Editora do Brasil, forneceram o montante de 3.893,3 milhões de reais do total, correspondendo a 87% das compras.

Os dados acima são suficientes para demonstrar a dimensão da sua presença no sistema educacional, e quanto mais critica este recebe mais se afirma como instrumento de ensino.

O que queremos ressaltar aqui é o significado político deste instrumento, no conjunto do sistema educacional.

È necessário resgatar o sentido político do ensino da História, junto aos estudantes e a sociedade. Os manuais didáticos se apresentam como porta vozes de uma memória social, é escrito e editado por professores e historiadores, e veiculam acima de tudo uma dada escrita da história.

No entanto, há um longo caminho a percorrer no sentido de uma “reconciliação” nacional ou na efetivação do direito a memória, no sentido do restabelecimento de “uma verdade histórica”, pois como o caso da reportagem veiculada pela Folha

de São Paulo, o jornalista da Rede Brasil Sul de televisão, afiliada da Rede globo de Televisão, Luiz Carlos Prates, em seu comentário diário no Jornal do Almoço de 14 de julho de 2010, defendeu abertamente às 12 horas e 30 minutos, o regime militar, suas supostas conquistas, sua suposta atitude moralizadora e disciplinadora.

O ano de 2012, também não começou tranquilo, no que se refere ao tema em questão. O jornal Folha de São Paulo em sua edição do dia 06 de Janeiro, p. A13, em reportagem intitulada “Ativistas atacam decisão de negar “ditadura de Pinochet”, sobre a decisão do governo do Chile que determinou a substituição do termo “ditadura militar” por “regime”, nos livros didáticos do país.

De acordo com esta decisão, os alunos do ciclo básico chileno, aprenderiam que a gestão do General Augusto Pinochet (1973-1990), na qual morrerem mais de 3 mil pessoas, segundo estimativas de entidades chilenas de Direitos Humanos, foi apenas um

“ REGIME MILITAR”.  
QUEM PAGARÁ ESTA CONTA? .

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Diário Oficial da União. Imprensa Nacional. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: DF, 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Diário Oficial da União. Imprensa Nacional. **Lei n. 12528, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 18 de novembro de 2011, seção 1, Edição Extra, p.5.

COLOMBO, Sílvia. Ativista atacam decisão de negar “ditadura” Pinochet. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 de janeiro de 2012, Caderno Mundo, p. A13.

PINHO, Angela. Livro do Exército ensina a louvar a ditadura. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de junho de 2010, Caderno

Cotidiano, p. C3.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

SOARES, Ricardo Pereira. **Compras Governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do Governo**. Brasília, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2007, p.31.

## **MEMORY AND HISTORY: THE TEACHING OF HISTORY AND ITS POLITICAL SENSE**

**Abstract:** Taking as a reflexion the interview showed by the newspaper “Folha de São Paulo”, in its issue of June 13, 2010, entitled "Book of the Army teaches how to praise the Dictatorship", this article's central aim is to reflect on teaching History in the school education context and its political implications in the relation between Memory and History. The article points out it is not a simple discussion about the right or wrong placement from a version of the country's recent history, but a "memory in dispute", in the sense of setting up a social and historical memory with strong implications for the entire society.

**Keywords:** History. Memory. Teaching. Politics.

*Originais recebidos em: 19/10/2011*

*Aceito para publicação em: 08/12/2011*

*Publicado em: 28/12/2011*